

O GABINETE da Mulher Parlamentar defende a realização de uma ampla e profunda reflexão em torno da legislação que promove os direitos e deveres da mulher e criança, desincentivando os casamentos prematuros, as gravidezes precoces e outros males que comprometem o normal desenvolvimento socioeconómico da sociedade moçambicana.

De acordo com a presidente deste grupo de trabalho da Assembleia da República, Francisca Domingos Tomás, tal reflexão poderá resultar não só numa maior divulgação destes dispositivos legais, como também pode demonstrar a necessidade de se adaptar aqueles instrumentos à realidade das comunidades onde este tipo de fenómenos acontece com muita frequência.

Falando na sede do distrito de Mandlakazi, em Gaza, onde um grupo da sua comissão trabalhou na passada quarta-feira para se inteirar do impacto da implementação da legislação sobre estas matérias, Francisca Domingos mostrou-se preocupada com o cenário vivido naquele ponto do norte da província de Gaza.

Segundo o administrador local, Mandlakazi está a registar um recrudescimento de casos de violência doméstica, sobretudo no que respeita aos casos de abuso sexual de menores, gravidezes precoces nas alunas, casamentos prematuros consentidos pelos pais e/ou encarregados de educação e a existência de famílias que não denunciam os casos de violência doméstica.

São situações sociais que, no primeiro semestre de 2016, produziram naquela parcela do território nacional com 183.699 habitantes, um total de 104 casos criminais, contra 62 registados em igual período do ano transacto, todos em investigação pelo Ministério Público para o apuramento da veracidade dos factos.

No que concerne às gravidezes precoces, Mandlakazi registou, no período em referência, 61 casos,

## VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

# Legislação sobre a matéria deve ser alvo de reflexão



Administrador de Mandlakazi, Raúl Ouana (de pé) apresentando o informe sobre a situação social do distrito aos deputados da AR

dos quais 23 casos na Escola Secundária Samora Machel, 10 na Escola Secundária de Chinguitane, oito na Escola Secundária de Mandlakazi e igual número na Secundária Ecuménica de São João de Chidenguele, sete na Escola Secundária de Incadine e igual número na Secundária de Manguze, quatro na Escola Secundária Timóteo Valente Fuel e dois na Escola Profissional Familiar Rural.

Estes e outros dados inerentes à violência doméstica foram revelados, na última quarta-feira, pelo administrador de Mandlaka-

zi, Raul Augusto Ouana, durante o encontro que os membros do Governo local mantiveram com a comitiva do Gabinete da Mulher Parlamentar (GMP) da Assembleia da República, no âmbito das jornadas de fiscalização e monitoria da implementação da legislação que promove os direitos e deveres da mulher e criança.

Ainda no período em análise, segundo Ouana, foram registados sete casos de violência doméstica baseada no género, dos quais seis envolveram professores dos diversos estabelecimentos de ensino, sendo um na Escola

Primária Completa do Chitsongo, três na Escola Secundária de Chinguitane, um na Secundária de Mandlakazi e igual número na Primária Completa de Nguluza.

As autoridades destes estabelecimentos de ensino instauraram já processos disciplinares contra os professores alegadamente envolvidos nestes casos, processos que poderão culminar em expulsões caso se comprove o seu envolvimento.

Segundo o administrador distrital, os crescentes índices de casos de violência doméstica resultam do facto das comunida-

des locais terem compreendido que estes males devem ser combatidos através de denúncias às autoridades competentes.

Num outro passo do informe apresentado às parlamentares do Gabinete da Mulher Parlamentar, Ouana asseverou que, relativamente à situação da rapariga na escola, foram matriculadas 26.063 meninas, das quais 517 desistiram por causa das longas distâncias que percorrem para poderem ter aulas, para além da prática de casamentos prematuros e/ou forçados com consentimento dos pais, bem como o

refúgio para a formação na área da enfermagem.

Apesar do "quadro negro" apresentado pelo administrador de Mandlakazi, a deputada Francisca Domingos enalteceu o esforço levado a cabo pelas autoridades locais de divulgar a legislação sobre esta matéria, acção que, segundo disse, ajuda não só a desencorajar esta prática, como também encoraja as vítimas a denunciarem os maus tratos a que são sujeitas.

"Esta é uma missão de todos nós moçambicanos", disse Francisca Tomás, saudando a iniciativa do Governo Distrital de Mandlakazi porque, como disse, "é importante divulgar permanentemente os instrumentos legais para que todos conheçam os seus direitos e deveres de modo que, conscientemente, possam contribuir para o engrandecimento de uma sociedade moçambicana próspera e moralmente sã".

De referir que depois de trabalhar em Mandlakazi, a comitiva do Gabinete da Mulher Parlamentar escalou ontem o distrito de Xai-Xai para interagir com os diversos extractos sociais, designadamente, autoridades administrativas locais, líderes comunitários e religiosos e as organizações femininas da sociedade civil e dos partidos políticos que trabalham em prol da defesa e promoção dos direitos e deveres da mulher e criança, bem como da eficácia das Leis da Família, de Violência Doméstica e a que Interdita o Acesso de Menores aos Locais de Diversão Nocturna.